

Pregão nº 2024.03.12.02/PE/PMC - Resposta à Impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico, protocolizada Pelo Sistema da Plataforma <https://bnc.org.br>, pelo Sr. Daniel Elias Garcia, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCEC sob o nº. 43, Carteira de Identidade nº 3.172.018-IGP/SC, CPF nº 910.192.149-53, aos 26/08/2024 ÀS 18H:28M.

Trata-se de impugnação interposta, tempestivamente, pelo leiloeiro **DANIEL ELIAS GARCIA**, Inscrito na JUCEC sob o nº. 43, Carteira de Identidade nº 3.172.018-IGP/SC, CPF nº 910.192.149-53, que interpôs aos 26 dias de agosto de 2024, impugnação ao Edital de **Pregão Eletrônico nº 2024.08.12.01/PE/PMC**, em face do ato convocatório, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA ATUAR NA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONDUÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS DESTINADOS À ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS E SEMOVENTES PELAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CROATÁ/CE.**

Alega o impugnante que o edital desrespeitou a comissão de no mínimo 5% (cinco por cento) do bem arrematado a ser paga pelos compradores que o leiloeiro tem direito, nos termos do Decreto Federal 21.981/32 e da Lei 14.133/21.

Assim, requer que seja acolhida a impugnação e alterado o disposto no subitem 5.4.1. do edital., para manter fixa a comissão de 5% dos valores arrematados a serem pagos pelos compradores conforme determinação do Parágrafo Único do Art. 24 do Decreto Federal 21.981/32 que assim determina: **“Os compradores pagarão obrigatoriamente cinco por cento sobre quaisquer bens arrematados”.**

É o relatório.

I – DO MÉRITO

Uma vez preenchidos os requisitos legais para o recebimento da impugnação apresentada, passa-se a analisar o mérito das alegações.

Preliminarmente, cabe elucidar que em **19/08/2024**, o Município de Croatá-CE, por intermédio da **Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças**, lançou Edital de Pregão Eletrônico Nº **2024.08.12.01/PE/PMC**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL, PARA ATUAR NA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONDUÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS DESTINADOS À ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS E SEMOVENTES PELAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CROATÁ/CE.**

Não há de se questionar que o cumprimento das regras estabelecidas no edital, é dever supremo da Administração Pública como também do licitante que participa, até porque a regra do instrumento convocatório está amparado no Art. 25 da Lei nº 14.133/2021, elencadas abaixo:

“Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às **condições de pagamento.**”

Inicialmente precisamos analisar com cautela as situações conflituosas, e compararmos o disposto no subitem 5.4.1 do edital com o disposto no Art. 24 do Decreto Federal nº 21.981/32, vejamos:

“5.4.1. Correrá por conta do arrematante o pagamento da comissão (**homologada ao final deste certame**) do valor do lote arrematado, a título de taxa de serviço ao leiloeiro”

Art. 24. A taxa da comissão dos leiloeiros será regulada por convenção escrita que, sobre todos ou alguns dos efeitos a vender, eles estabelecerem com os comitentes. **Em falta de estipulação prévia, regulará a taxa de 5% (cinco por cento), sobre moveis, mercadorias, joias e outros efeitos** e a de 3 % (três por cento), sobre bens imóveis de qualquer natureza. *(Redação dada pelo Decreto nº 22.427, de 1933)*

Parágrafo único. **Os compradores pagarão obrigatoriamente cinco por cento sobre quaisquer bens arrematados.**

Verifica-se portanto que há dois percentuais a serem pagos aos leiloeiros, quais sejam:

- 1) uma **comissão** a ser paga pelo comitente; que é **negociável.**
- 2) e outra a **comissão fixa** a ser paga pelo arrematante, fixada em 5% do valor do correspondente bem arrematado.

A verdade é que o pagamento da **comissão fixa** foi ignorada no edital, devendo ser retificado para bem atender a legislação vigente.

Por outro lado, a Administração entende que em relação a **comissão negociável** é válido o critério de seleção da proposta mais vantajosa com base no menor preço, expresso em fórmula na qual o desconto sobre a comissão do leiloeiro de 5% é repassado em pecúnia à contratante.

A remuneração do Leiloeiro prevista no artigo 24, parágrafo único, do Decreto n.º 21.981/32 constitui direito disponível, porquanto tal profissão submete-se às leis de mercado e, logo, subsume o contrato às peculiaridades dessas leis, sem violação ao Código de Ética.

Outrossim, o critério de julgamento baseado no menor preço, aferido pelo maior percentual de repasse à Administração sobre o valor de 5% (cinco por cento) obtido na comissão a ser paga pelo arrematante do bem é um ato de gestão que observa o princípio do julgamento objetivo, pois as propostas ofertadas pelos licitantes serão analisadas de acordo com o estipulado no instrumento convocatório. Desta forma, a Administração, quando da elaboração do edital, deve adotar critérios para o julgamento; do contrário, o edital seria considerado nulo. (JUSTEN FILHO, 2012³), o que não é o caso.

Em outras palavras, a discricionariedade do administrador é reduzida e limitada pelas normas do instrumento convocatório. (MEIRELLES, 2011), sendo o princípio do julgamento objetivo. Ou, ainda, julgar objetivamente uma licitação significa afastar a incidência de características subjetivas dos avaliadores e dos avaliados⁴. (FERNANDES, 2009).

Portanto, os argumentos apresentados pelo impugnante não são suficientes para alterar o edital completamente, **devendo-se apenas incluir a taxa fixa de 5% disposta no Parágrafo Único do Art. 24 do Decreto Federal 21.981/32**, devendo permanecer as demais previsões editalícias por serem legais e estarem em conformidade com ordenamento jurídico, inexistindo violação aos princípios administrativos e àqueles próprios que norteiam as licitações públicas, pelas razões acima apresentadas.

II – DA CONCLUSÃO

Após análise, e com base na fundamentação supra, decido conhecer e, no mérito, **DEFERIR** a impugnação em epígrafe interposta pelo Sr. Daniel Elias Garcia, **Leiloeiro Oficial inscrito na JUCEC sob o nº. 43, Carteira de Identidade nº 3.172.018-IGP/SC, CPF nº 910.192.149-53, para incluir a taxa fixa de 5% disposta no Parágrafo Único do Art. 24 do Decreto Federal 21.981/32,** mantendo-se, assim, os demais termos constantes nos itens do Edital publicado.

Croatá-CE, em 29 de agosto de 2024.



Antônio Roque de Carvalho
Agente de Contratação/Pregoeiro

Croatá Fiber Best Women Team
03/05/1988